

Projeto Eletromemória:
História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo
(1890-2005)

A intervenção estatal no setor elétrico
paulista:
as grandes empresas e as grande usinas – 1950-1977

Renato de Oliveira Diniz

São Paulo

2009

A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas – 1950-1977

Renato de Oliveira Diniz¹

Nosso trabalho de doutoramento tem por objetivo investigar e reafirmar o investimento estatal como elemento decisivo na superação da fase de estagnação que se encontrava a oferta de energia elétrica, especialmente em São Paulo, entre os anos 1940 e 1950; por meio do estudo das empresas criadas pelo governo do Estado de São Paulo, a partir dos anos 1950, e suas repercussões no desenvolvimento econômico das décadas seguintes. Pretende mostrar como a intervenção estatal, principalmente por meio das empresas estaduais, provocou um crescimento em escala e de qualidade na economia paulista, como esse modelo sustentou-se por quatro décadas e quais elementos estruturais forneceu como base para a desestatização ou privatização do setor em São Paulo e por extensão no Brasil, no final dos anos 1990.

O setor elétrico brasileiro ou a indústria de energia elétrica no Brasil, hoje em fase final de um processo de desestatização que teve início no começo dos anos 1990 do século XX, foi pouco estudado em profundidade nos seus processos de média duração. Um processo decisivo para o desenvolvimento do setor e conseqüentemente para o desenvolvimento da economia brasileira foi a intervenção estatal dos anos 1950. O movimento de privatização atual encontrou um cenário em que, ao menos ideologicamente, o modelo anterior estava superado. Estudar a fase da presença marcante das empresas e agências governamentais no setor, que problemas estruturais essa presença resolveu e que questões não superou, é importante para entendermos o quadro que a indústria da energia elétrica apresenta hoje, quando percebemos que o modelo privado idealizado nos anos 1980 ainda não se implantou completamente, mas começa a demandar alguma reforma, especialmente quanto à regulamentação e coordenação dos agentes envolvidos. O levantamento, análise e entendimento dos pontos em que a gestão e o investimento estatal transformaram em alavancas para o crescimento do setor e da economia em seu conjunto, contribuem para que esta investigação forneça elementos para que se ultrapasse a crise atual.

O foco no setor elétrico paulista permite centrar o campo da pesquisa sem, contudo, impedir o entendimento; dado que São Paulo liderou e criou paradigmas

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Contato: rdiniz@usp.br.

aplicados nacionalmente. Conhecer, explicar e confirmar (ou não!) essa liderança no período estatal e posterior nos ajuda a vislumbrar continuidades e novos caminhos para uma indústria essencial para a transformação de nosso país em nação econômica e socialmente desenvolvida.

Estamos desenvolvendo nosso trabalho de análise em quatro períodos: (i) as primeiras iniciativas para a implantação da eletricidade como “força motora” e como negócio no Brasil e no Estado de São Paulo (1890/1925); (ii) o processo de internacionalização das empresas locais e regionais e a hegemonia dos grupos internacionais no setor elétrico paulista (anos 1930/1950); (iii) a crise de investimento do final dos anos 1940/1950, as primeiras iniciativas da intervenção do governo paulista no setor elétrico nos anos 1950 e as grandes usinas iniciadas nos anos 1960; (iv) o declínio do modelo de investimento estatal e o novo processo de privatização (anos 1980 e 1990).

As primeiras iniciativas de uso sistemático da eletricidade em nosso país são contemporâneas dos aproveitamentos pioneiros dessa forma de energia na Europa e Estados Unidos, no final do século XIX. Foi nesse momento que, nos países mais envolvidos com a Segunda Revolução Industrial, se realizaram em profusão experimentos com essa “nova” forma de energia, buscando criar dispositivos, máquinas e sistemas aplicáveis de imediato ao processo produtivo. O aperfeiçoamento dos processos mecânicos de geração, a invenção do motor, da lâmpada elétrica eficiente e dos sistemas de transmissão e distribuição abriram a possibilidade de aproveitamento econômico da eletricidade.

Temos notícias de que em 1868 o frei Germano d’Annecy realizou experiências com lâmpadas elétricas na cidade de São Paulo². Em 1879, ano em que Thomas Edison patenteia sua lâmpada incandescente, a estação central da Estrada de Ferro Pedro II, no Rio de Janeiro, é iluminada eletricamente. Em 1883, em Diamantina (MG), uma pequena usina hidrelétrica movimenta escavadeiras de mineração a partir de uma linha de transmissão de dois quilômetros. Nesse mesmo ano é inaugurado, em Campos (RJ) o primeiro serviço de iluminação pública municipal, por eletricidade, do Brasil e da América Latina. Além do interesse que a eletricidade e suas aplicações despertavam como elementos de modernidade, destacamos o interesse e o senso de oportunidade de

² Ricardo Maranhão na introdução de: SOUZA, Edgard E. de. *História da Light*: primeiros cinquenta anos (ed. rev. e ampl.). São Paulo: Eletropaulo / Departamento de Patrimônio Histórico, 1989.

“capitalistas”³ locais em abrir um mercado que, inicialmente limitado, tornou-se parte indispensável do atual sistema de produção em todo o mundo contemporâneo. Outro aspecto que explica, em parte, a rápida disseminação das aplicações da eletricidade em todos os continentes é o interesse das nações industrializadas – Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha etc. – em abrir mercados nas áreas menos desenvolvidas do resto do mundo para aplicar a grande quantidade de capitais excedentes que possuíam, fruto da riqueza acumulada com o rápido desenvolvimento de suas economias, baseado na associação do capital industrial com o bancário: o capital financeiro.

No Brasil, desde a transferência da sede da Coroa Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, o grande afluxo de capital estrangeiro, predominantemente o inglês até 1914, é aplicado direta ou indiretamente no comércio interno e externo, em manufaturas e indústrias, e no setor de serviços urbanos e de transporte. Após a independência e com o advento da República, esse processo se intensifica, estando intimamente ligado aos primeiros passos da industrialização brasileira, financiada também pelo capital cafeeiro. É nesse contexto que, nos primeiros 20 anos do século XX, são incorporadas as primeiras empresas locais para iluminação pública elétrica, e para a distribuição de eletricidade para particulares, espalhadas por praticamente todo o território nacional. Foi no Estado de São Paulo que isso aconteceu de maneira exemplar. “Em 1910, diversas cidades do interior paulista eram regularmente atendidas por empresas de energia elétrica” de caráter local,⁴ a capital, Santos e redondezas eram atendidas por empresas estrangeiras. Outro aspecto que merece nossa atenção é que, diferentemente do resto do país, em São Paulo no final do século XIX, houve uma grande acumulação de capitais, fruto principalmente da cultura cafeeira. Nos primeiros anos do século XX, também como uma consequência dessa acumulação, se acelera o processo de concentração industrial no Estado de São Paulo, o que evidentemente favorece a implantação privilegiada da indústria elétrica nesta região do país.

Nos primeiros trinta anos do século XX podemos perceber dois grupos de empresas atuando no mercado de energia elétrica no Estado de São Paulo. Mais numeroso era o grupo das pequenas empresas de caráter municipal ou regional, organizadas em princípio por fazendeiros e/ou comerciantes locais. As pequenas

³ O termo “capitalista” é encontrado nas escrituras dos contratos de concessão e das compras dos imóveis para instalação das usinas. Refere-se à profissão do contratante. Seu significado mais preciso deve ser melhor definido a partir de novas pesquisas.

⁴ CENTRO da Memória da Eletricidade no Brasil. *Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988, p. 45.

empresas se organizavam da seguinte forma: no momento de consolidação do negócio por meio da construção de usinas e do sistema de distribuição, o que demandava aplicações de porte, eram aceitos novos sócios, tais como “capitalistas” sediados na capital, ou as próprias casas de importação de material elétrico, de propriedade de nacionais ou estrangeiros, que compravam os equipamentos na Europa e Estados Unidos.

O segundo grupo era composto por empresas constituídas diretamente por capitais oriundos do sistema financeiro internacional, e com sede no exterior. Aí encontramos a Light, concessionária da região da capital e redondezas, e a City of Santos Improovments, com sede em Londres. Em 1927, A Companhia Paulista de Força e Luz, criada em 1912 por grupos econômicos do interior paulista a partir da incorporação de pequenas empresas locais, é adquirida pelo grupo americano Bond and Share.

O final dos anos 1920 encontra o grupo das pequenas empresas locais em decisiva crise de investimento convivendo com uma forte expansão do mercado, superada, na maioria dos casos, com a transferência dessas empresas para grupos internacionais; dando início ao nosso segundo período de análise, quando os grupos “Bond and Share” e “Light” dominam a quase totalidade do mercado de geração e distribuição de energia elétrica no estado de São Paulo; caracterizando a concentração da produção da eletricidade em empresas cada vez mais abrangentes em termos de área de concessão, e a intensificação do investimento direto do capital financeiro internacional no setor. O grupo americano Bond & Share, com a aquisição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) tornou-se responsável, em 1927, pelo fornecimento de energia a cerca de 1/3 do território paulista. A Light, entre 1927 e 1928, com a aquisição das empresas do Vale do Paraíba, região de Itu e baixada santista (Sorocaba foi incorporada em 1911) passou a responder pelo fornecimento à região que apresentava o maior crescimento econômico do país.

O terceiro período de nossa análise é caracterizado por uma nova crise de investimento no setor (final dos anos 1940 e início dos anos 1950). Esse momento deve ser analisado não somente sob o ponto de vista da crise de demanda enfrentada pelas empresas e consumidores, mas também sob a ótica da questão ideológica e cultural levantada principalmente pelas idéias nacionalistas, defendidas, naquele momento, em vários setores da vida nacional, sob diversos matizes.

A publicação do Código de Águas (Decreto Federal 24.643) em 10 de julho de 1934 é considerada a primeira intervenção decisiva do Estado brasileiro no setor elétrico. O longo período em que sua publicação foi adiada e a oposição que as companhias estrangeiras a ele fizeram precisam ser melhor estudados para podermos definir com mais clareza esse período de transição e a presença do Estado e das empresas estatais nas décadas seguintes.

Nos últimos anos da década de 1940 foi criada na Secretaria de Viação e Obras Públicas, sob a direção do engº. Lucas Nogueira Garcez, futuro primeiro presidente da CESP em 1966, a Inspetoria de Serviços Públicos (ISP), liderada pelo também engenheiro Catullo Branco, tenaz defensor do controle e operação do Estado no setor elétrico. No começo dos anos 1950, quando Lucas Garcez assumiu o cargo de governador do Estado de São Paulo, foram criadas as primeiras empresas estaduais e iniciada a construção das usinas que constituem hoje o maior parque gerador do país, muitas delas já privatizadas.

Datas limite ou datas de corte são marcos e, portanto, são símbolos. Não contêm em si a explicação de um processo, mas nos indicam que a partir dali um fato, ao menos simbolicamente, alterou a ordem das coisas, demonstra que nova estrutura começa a se sobrepôr à antiga. O ano de 1950, além de ser o ápice de uma crise de energia elétrica responsável por um forte racionamento nos anos seguintes, foi também o ano do início dos estudos da usina hidrelétrica de Barra Bonita: dois marcos de um novo período no setor elétrico paulista. O primeiro simboliza e é, obviamente, o reflexo do esgotamento do modelo anterior: empresas privadas de capital nacional e atuação local ou regional e empresas estrangeiras de atuação regional. Em ambos os casos percebemos sistemas isolados do ponto de vista técnico e de planejamento, o que levou a um enrijecimento desses sistemas com o aumento da demanda além de suas possibilidades de expansão. O segundo, Barra Bonita, cujo projeto foi concluído em janeiro de 1956, é uma usina projetada, construída e operada por órgãos e empresas pertencentes à estrutura estatal, e obedecendo a um plano paralelamente traçado por esse mesmo Estado, o Plano Estadual de Eletrificação, amparado pelo Fundo Estadual de Eletrificação. Tecnicamente, Barra Bonita é uma usina que também rompe com o modelo anterior no aspecto técnico e, principalmente, na escala.

Pretendemos demonstrar o salto de qualidade e de complexidade do setor elétrico em São Paulo, a partir dos anos 1950, fazendo inicialmente a comparação com a estrutura empresarial (tipo de negócio e investimento, configuração do mercado) e a

configuração tecnológica de geração, transmissão e distribuição da energia elétrica. A partir daí estudaremos a criação do Departamento de Águas e Energia (DAEE), em dezembro de 1951, e das empresas estatais: Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA), em julho de 1953; Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, em maio de 1955 e a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), em dezembro de 1966. A atuação dessas empresas será verificada com o planejamento e construção das usinas que até hoje constituem o corpo do parque gerador paulista: Bariri, Caconde, Euclides da Cunha, Limoeiro, Barra Bonita, Jupia, Ilha Solteira, Água Vermelha e o salto de escala que individualmente e no conjunto essas usinas representaram para o setor elétrico e para o crescimento da economia paulista. Aspecto importante é o desenvolvimento que a engenharia nacional, no ramo da construção hidrelétrica, experimentou nesse período, por meio das diretorias de engenharia de empresas estatais, das empresas projetistas e das construtoras.

O quarto período é caracterizado pelo declínio do modelo de investimento estatal e o novo processo de privatização, e tem seu marco inicial em 5 de novembro de 1997, quando a VBC, consórcio formado pelos grupos Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa, adquiriu do governo do Estado de São Paulo, em leilão público, o controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), dando início à desestatização do setor. Adotamos 1997 como data de corte final para nosso estudo, por entendermos a venda da CPFL como marco da transição do modelo de controle quase que total do setor elétrico por parte das empresas estatais, para o modelo em que os negócios de geração e distribuição foram, majoritariamente, transferidos para a iniciativa privada. Analisaremos as primeiras dificuldades de financiamento dos projetos em andamento e de novos projetos, no início dos anos 1980, até o endividamento e a crise de gestão das estatais nos anos 1990. O estudo da conjuntura institucional do setor e das empresas será confrontado com o contexto econômico do país, e a crescente pressão dos grupos privados nacionais e internacionais pela abertura de novas áreas de investimento, especialmente nos setores estruturais da economia nacional, como o setor elétrico.